

INFORMAÇÕES SOBRE CUIDADOS PALIATIVOS

Planejamento social e econômico

Em cuidados paliativos...

...a abordagem dos profissionais inclui

as **necessidades sociais e econômicas** que se modificam com a possibilidade real da morte.



Pacientes e familiares se preocupam com as condições para prover alimentos, materiais ou moradia.

Assistentes sociais

Permitem a **promoção do conforto social** e auxiliam pacientes e familiares a terem condições de passar pelo final da vida e a morte de forma mais digna.



Eles ajudam a regularizar documentos e solicitar benefícios previstos em Lei.

Auxílios durante o final da vida

Auxílio doença

Para pessoas incapacitadas para o trabalho ou atividade habitual por mais de 15 dias consecutivos.



Benefício de Prestação Continuada (BPC)

Um salário-mínimo por mês à pessoa com deficiência ou acima de 65 anos que comprove não ter condições (ou a família) de se manter.



não é necessário ter contribuído com o INSS para receber este benefício

Sobre o funeral...

...velório, enterro ou cremação apresentam **custos altos**.



Além disso, **documentos** precisam ser providenciados.

As funerárias têm obrigação, por lei, de disponibilizar **serviços de baixo custo** ou, em alguns casos, **gratuitos**, para famílias sem condições financeiras.

*Algumas pessoas podem solicitar **auxílio funeral**, previsto pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).*



Após o óbito

Salário maternidade

Benefício à pessoa que se afasta de sua atividade pelo nascimento de filho, mesmo que **ele não sobreviva**, aborto não criminoso ou adoção.



Pensão por morte

Destinada aos dependentes do(a) trabalhador(a) falecido(a), que na data do óbito possuía a qualidade de segurado(a).



Deve ser solicitada em até 90 dias após o óbito

Fonte: BRASIL. Lei nº. 7.842 de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da assistência social e dá outras providências. Brasília, 1993/BRASIL. Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, 1991/ PORTO ALEGRE. Resolução Nº 001, de 12 de junho de 2019. Dispõe sobre o serviço funerário padronizado do município de Porto Alegre. Diário Oficial da União, 2019./ BRASIL. Instrução Normativa nº 77, de 21 de janeiro de 2015. Brasília: Ministério da Previdência Social, 2015/PELOTAS. Lei Nº 4.652, de 06 de abril de 2001. Cria o Sistema funerário municipal, destinado ao atendimento de pessoas falecidas no âmbito do município de Pelotas. Diário Oficial da União. Pelotas, RS, 2001.

Desenvolvido por: Projeto de extensão "A consulta de enfermagem como instrumento de cuidado às pessoas com doenças que ameaçam a vida e suas famílias".